

## Artigo Original

# Análise da Política de Implementação da EaD em Cursos de Graduação Presencial: o caso da PUC Goiás

*Analysis of the EaD Implementation Policy in the face-to-face undergraduate courses: the case of PUC Goiás*

*Análisis de la Política de Implementación de la EaD en los cursos de pregrado presenciales: el caso de la PUC Goiás*

Autores: Maria Cristina Dutra Mesquita e Dilma Rezende Silva.

## Resumo

O artigo trata dos resultados de um estudo de caso da PUC Goiás a partir da percepção dos(as) coordenadores(as) de cursos que aderiram ao percentual de ensino a distância permitido por lei. A análise dos dados é realizada de forma a articular a leitura dos documentos com o referencial teórico estudado e as entrevistas dos(as) coordenadores(as) de cursos via análise de conteúdo. Entende-se que os movimentos das políticas educacionais são carregados de intencionalidade e expressam a visão de sociedade defendida a cada momento histórico e que a compreensão destes permite melhor um posicionamento e melhores contribuições para a área da educação. Os resultados mostraram que não basta a legislação direcionar para o uso da tecnologia na educação, é preciso muito mais. Além da disponibilização de recursos e suporte técnico, importa sobremaneira o preparo do professor para saber lidar com os novos desafios e fazer um planejamento adequado, considerando as particularidades da modalidade EaD, atuando como mediador do processo ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação a Distância. Políticas educacionais. PUC Goiás. Educação superior.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17143/rbaad.v22i1.666>

## Abstract

The objective of this work was to analyze the implementation process of the Distance Education modality in graduation courses at PUC Goiás. The article deals with the results of a practical study at PUC Goiás from the perception of course coordinators that adhered to the percentage of distance learning allowed by law. Data analysis is performed in order to articulate documents reading with the Theoretical Reference studied and the course coordinators interviews by content analysis. It is understood that educational policy movements are loaded with intentionality and express the defended society vision of each historical moment, that understanding allows better positioning and contributions in the education area. The results showed that it is not enough for legislation to direct the usage of technology in education, much more is needed. Besides the resources availability and technical support, the teacher's preparation matters a lot to know how to deal with the new challenges and make adequate planning, considering the particularities of the modality D.E. acting as the mediator of the teaching-learning process.

**Keywords:** Distance education. Educational policies. PUC Goiás. Higher education.

## Resumen

El objetivo de este trabajo fue analizar el proceso de implementación de la modalidad a distancia en los cursos de pregrado presenciales en la PUC Goiás. El artículo trata sobre los resultados de un estudio de caso en la PUC Goiás a partir de la percepción de los coordinadores de cursos que se adherieron al porcentaje de enseñanza a distancia permitido por la ley. El análisis de datos se lleva a cabo para articular la lectura de documentos con el marco teórico estudiado y las entrevistas a los coordinadores de curso a través del análisis de contenido. Se entiende que los movimientos de políticas educativas están cargados de intencionalidad y expresan la visión de sociedad defendida en cada momento histórico y que la comprensión de esta permite un mejor posicionamiento y aportes en el área de la educación. Los resultados mostraron que no es suficiente que la legislación oriente el uso de la tecnología en la educación, se necesita mucho más. Además de brindar recursos y soporte técnico, es de suma importancia preparar al docente para saber enfrentar los nuevos desafíos y realizar una adecuada planificación, considerando las particularidades de la modalidad de educación a distancia,

actuando como mediador del proceso enseñanza-aprendizaje.

**Palabras clave:** Educación a distancia. Políticas educativas. PUC Goiás. Educación universitaria.

## 1. Introdução

Pela observação das políticas referentes à modalidade a distância, é possível perceber historicamente legislações com políticas objetivadas que permitem oferta de carga horária a distância em cursos presenciais. Políticas que impulsionam o crescimento da implementação desse processo nas Instituições de Ensino Superior (IES), iniciadas com a Portaria MEC nº 2.253, de 18 de outubro de 2001 e atualizada pela Portaria MEC nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, que regulamenta a ampliação do percentual que está em até quarenta por cento (40%) da carga horária na modalidade a distância no curso de graduação presencial. Os cursos que eram apenas presenciais podem, a partir de então, usar percentual de sua carga horária na modalidade a distância.

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) oficializa no Brasil, a modalidade a distância como válida e equivalente para todos os níveis de educação. Esse movimento das políticas educacionais adotadas pelo Estado brasileiro, expresso nas normativas referentes à modalidade a distância, exerce influência sobre a prática institucional. Com esse enfoque, optamos por realizar a análise deste processo pelo estudo de caso na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, universidade considerada a mais antiga do Centro-Oeste, com mais de 60 anos de existência, além da característica de ser particular, comunitária e filantrópica.

Em levantamento do estado do conhecimento acerca do tema de estudo, percebemos pouca pesquisa sobre a oferta de carga horária a distância em cursos presenciais, em Instituições de Ensino Superior com as características citadas. A partir do critério de escolha buscamos a formulação do problema de pesquisa que se constituiu na seguinte questão: como se deu a implementação da modalidade a distância nos cursos da PUC Goiás a partir da percepção dos gestores, coordenadores de curso que aderiram ao percentual permitido por lei?

Para a análise do processo de implementação consideramos Draibe (2001),

com a legislação, documentos sobre o uso da carga horária a distância em cursos presenciais e da instituição de ensino superior selecionada. Utilizamos Laurence Bardin (1979) para análise de conteúdo e inferência das informações empíricas conseguidas nas entrevistas com os coordenadores entrevistados. Na mesma linha, para a técnica de análise categorial recorremos a Severino (2016).

A definição do problema de pesquisa foi erigida com base em uma investigação acadêmica, tendo como foco de interesse os movimentos das políticas educacionais, pois todas as ações de uma sociedade, seja sociedade civil, seja sociedade política, se expressam nas políticas públicas que, carregadas de intencionalidade, expressam a visão de sociedade defendida a cada momento histórico. Percebemos a importância da pesquisa para compreender como vêm se efetivando as políticas que possibilitam a implementação da EaD na modalidade presencial.

## 2. Metodologia

Trata-se de um estudo de caso realizado na PUC Goiás, por meio do levantamento e da análise dos cursos presenciais que aderiram à implementação da carga horária a distância. Utilizamos da análise de conteúdo conforme Laurence Bardin (1979), para inferência das informações empíricas conseguidas nas entrevistas com os coordenadores e análise do processo de implementação com base em Draibe (2001).

Dos quarenta e cinco cursos de graduação oferecidos pela PUC Goiás, identificamos nove cursos que, em algum momento até o ano de 2019, aderiram ou planejaram ter em suas matrizes curriculares e respectivos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) algum percentual da oferta da carga horária EaD em seus cursos de graduação presencial. Os dados quantitativos foram obtidos por meio de fontes secundárias, como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Portal PUC, e as informações dos sujeitos da pesquisa através de entrevista semiestruturada, com coordenadores de cursos da PUC Goiás. Os cursos observados nesta pesquisa por atenderem ao critério acima descrito foram: Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Farmácia, Matemática, Filosofia, Física e Química. Compôs o estudo participando de entrevista a Coordenação de Ensino a distância (Cead) da PUC Goiás, posto que esta coordenação atua em parceria com os

coordenadores de curso na realização, no acompanhamento e na avaliação das disciplinas na modalidade EaD. Como este trabalho envolveu pesquisa com pessoas, submetemos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC Goiás e não havendo óbice ético para a execução do projeto, considerou-se aprovado sob o número CAAE 48361421.1.0000.0037. A entrevista foi estruturada no sentido de dar voz aos envolvidos, no caso, os coordenadores de cursos de graduação e a coordenadora geral da Educação a Distância, que acompanharam o processo de inserção de disciplinas na modalidade a distância em alguns cursos da PUC Goiás. O total de participantes da pesquisa foi dez, sendo nove coordenadores de curso e o coordenador geral da EaD. A entrevista se deu conforme a disponibilidade e aceite de cada um. Foi do tipo semiestruturada, gravada com autorização dos participantes e posteriormente transcrita. Consideramos este recurso metodológico importante, porque os coordenadores de curso e a coordenação da Cead estão envolvidos em sua vivência com as políticas educacionais e seus reflexos no ambiente em que trabalham.

A análise das entrevistas levou em consideração o conjunto, de forma a possibilitar a interpretação de conflitos de percepção, contradições e relações para construção de categorias. Nesse ponto nos acautelamos, para estabelecer essa relação e auxiliar na compreensão do problema proposto e alcançar os nossos objetivos nesta pesquisa, trazendo as principais ideias e significados que emergiram da fala dos entrevistados. Considerou-se o sistema categorial e unidades de análise, pois esse processo permite a junção de informações e significados após ocorrer o inventário, isto é, o isolamento dos elementos comuns. Bardin (1979) pontua que “mais longe na análise, convém classificar as unidades de significação criando categorias, introduzindo uma ordem suplementar reveladora de uma estrutura interna”.

A análise dos dados foi realizada de forma a articular as leituras dos PPCs, do referencial teórico estudado e as entrevistas dos/as coordenadores/as de cursos após análise de conteúdo das falas. A presente pesquisa apresenta a intencionalidade das políticas educacionais ao propiciar a inserção da EaD por meio da carga horária a distância em cursos presenciais do ensino superior.

As falas transcritas da entrevista de cada um dos coordenadores tornaram-se fator principal na pesquisa empírica, sendo analisadas com vistas a perceber as categorias que emergiram, para identificarmos o que converge e o que diverge nas falas e o que podem nos revelar.

Para a entrevista o roteiro contou com seis itens:

1. O tempo do sujeito envolvido com o curso ou com a instituição;
2. Entrada da disciplina EaD no curso, início, ou experiência com essa modalidade;
3. Envolvimento com o tema da modalidade EaD. Se acompanha as políticas, debates, seja na instituição ou a nível de educação nacional;
4. Compreensão sobre a modalidade a distância, com recursos e tecnologias próprios;
5. Relação com a Coordenação de Educação a Distância (Cead);
6. O que considera importante ser registrado da própria fala.

Foram mais de trezentos minutos de gravação em mais de setenta páginas de transcrição. A opção pela entrevista semiestruturada se deu por possibilitar a fala dos sujeitos de forma mais livre, trazendo para o diálogo o que consideram importante. Este momento em que participante e pesquisadora puderam estar frente a frente nos possibilitou considerar as reações e expressões corporais e faciais no falar.

Nesse sentido, apesar de considerarmos a análise de conteúdo, o sintagma das palavras expressadas, buscamos captar o que era o cerne do pensamento e não apenas receber respostas de perguntas sobre o objeto investigado. Nesse sentido houve o cuidado de romper com a aparência

Embora esta pesquisa tenha sido autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme informado, trataremos os sujeitos entrevistados de C (coordenadores de cursos), seguidos dos números de 1 a 9 (quantidade de sujeitos entrevistados), e CI para o coordenador do Cead.

### 3. Resultados e discussão

Observamos como a Educação a Distância de modo geral iniciou na PUC Goiás, por meio do estudo dos documentos internos da instituição e dos PPCs dos cursos participantes da pesquisa.

Percebemos, pela leitura da legislação interna, a tensão vivida entre o que se apresenta como “mudanças na sociedade”, “renovadas exigências”

e a compreensão e adesão dos sujeitos que compõem os colegiados dos cursos. Esta tensão é experienciada nos diferentes setores da PUC Goiás, sobretudo entre os professores que efetivamente realizam o trabalho docente. Concordamos com Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) no que se refere à responsabilidade dos professores em relação às formas de organização e gestão, assim, pensamentos contrários acabam por gerar tensões e conflitos os quais devem ser superados para que haja transformação.

As origens da Educação a Distância na PUC Goiás, estão ligadas a programas institucionais iniciados na década de 1980 em parceria com a Universidade Federal de Goiás e a Secretaria de Estado da Educação, para formação de professores em cidades onde inexistiam cursos superiores e, por outro lado, havia a demanda pelos profissionais capacitados ao exercício da profissão docente. Para atender as exigências legais surgidas na década de 1990, precisamente com a aprovação da LDB 9.394/96, Art. 87, § 4º: “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” (BRASIL, 1996, *on-line*), inicia-se a implementação da EaD na instituição para a formação de professores. Por meio de programas em parceria com órgãos governamentais, a PUC Goiás, à época Universidade Católica de Goiás, passa a oferecer cursos itinerantes e de curta duração, respondendo às exigências daquele momento histórico

O modelo de EaD usado foi o semipresencial. Na época, com o programa de graduação itinerante, a carga horária era 75% presencial e 25% a distância, e essa parte era bem diferente do modelo atual, pois se usava material impresso.

No documento Política de Educação a Distância da PUC Goiás (2018), o destaque dado para a política de EaD na instituição está pautado nos princípios e valores que envolvem o compromisso com o social e atendimento das demandas

Diante do preceito constitucional do direito de todos os cidadãos à educação, imbuída de seu compromisso social e no contexto permanente de expansão institucional, a PUC Goiás vislumbra a Educação a Distância como mais uma possibilidade de atuar na formação de pessoas, assegurando-lhes o desenvolvimento integral para o pleno exercício da cidadania e para a inserção qualificada no mundo do trabalho (PUC GOIÁS, 2017).

Há, no documento, uma forte inclinação para a inclusão social, sobretudo para uma formação humanística, uma vez que destaca o “desenvolvimento integral, pleno exercício da cidadania” além de referir-se ao “mercado” como “mundo do trabalho”, o que não percebemos, mesmo que empiricamente, nas instituições notadamente privadas.

Após a experiência com cursos itinerantes, inicia-se o processo na instituição. A primeira disciplina que consta no histórico foi *Educação, Comunicação e Mídia* no ano de 2005, nos cursos de licenciatura, regulamentada pela Portaria MEC nº4.059 de 10 de dezembro de 2004.

Em 2005, inicia também a oferta de cursos livres de nivelamento nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Orientações e Normas para Produções Acadêmicas e Informática Básica. Esses cursos gratuitos para os estudantes da graduação, são considerados importantes para experiência dos alunos no ambiente virtual da instituição e para a equipe da Cead no sentido de avançarem quanto a “metodologia a distância, produção de material didático com interfaces mais interativas e dinâmicas” (PUC GOIÁS, 2018).

Pelas averiguações, a PUC Goiás apresenta-se com experiência, condições de infraestrutura, recursos tecnológicos e de mídia que dão suporte ao desenvolvimento da EaD há mais de década, e mesmo assim a instituição não tem grande difusão da inserção de disciplinas, do percentual EaD nos cursos presenciais. Conforme histórico da instituição e conforme nos conta a coordenação da Cead, “nós tivemos umas ofertas que foram assim experimentais e depois, os cursos formalizando essa oferta nos seus projetos pedagógicos” (CI, 10:45 min). Isto indica que a adesão ao uso da carga horária a distância foi acompanhando o processo de abertura legal da EaD no país, pelo êxito das experiências que a instituição teve nos programas de extensão realizados na modalidade EaD e para acompanhar as demandas advindas com a contemporaneidade.

As atividades do Cead são realizadas por equipe multidisciplinar que oferece suporte à EaD na instituição, contando com pessoal das “áreas de tecnologia (webdesign e programador) e de produção de material didático (revisor, design instrucional e professor autor). O plano de ação norteia-se pelos PPCs. Estes por sua vez são da responsabilidade e gestão do coordenador de cada curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o colegiado.

Consideramos, além dos documentos gerais institucionais, outras

informações contidas nos PPCs disponibilizados por arquivo digital. Sendo eles: Administração (2016), Biomedicina (2016 e o da Matriz de 2019), Ciências Contábeis (2015), Filosofia (2017), Matemática (2017, contendo partes da versão 2021), Química (2009). Estes serviram no desenvolvimento da investigação e como parâmetro na análise.

De acordo com o PPC do curso de Administração, é possível perceber as orientações para as aulas das disciplinas que adotaram o modelo a distância:

Salienta-se que a aula presencial ocorrerá sempre seguida de aula à distância. As aulas presenciais são expositivas, quando o professor apresentará o tema a ser estudado e coordenará a análise e o debate desse tema. As aulas à distância são desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem, buscando integrar o aluno ao ambiente virtual e ao mesmo tempo pesquisar e ampliar os textos estudados em sala com pesquisas e interações com outras fontes de informação e aprendizagem (PPC ADMINISTRAÇÃO, 2016).

Por esse trecho do documento do curso de Administração, inferimos quanto ao modelo. Conforme os estudos de Lima (2014), seria o “modelo dual-mode”, que alterna momentos à distância e presenciais, mantendo maior contato do aluno com a instituição e com os professores. Este modelo se justifica, porque de modo geral nas disciplinas nomeadas EaD na PUC Goiás, apenas 50% é assíncrono, ou seja, parte da carga horária é dada a distância e a outra permanece presencial com encontro semanal na instituição, com a presença do professor. Esse modelo segue para os outros cursos como constatamos, com exceção apenas para a disciplina “Projeto de Pesquisa” que foi apresentada com carga horária toda prevista à distância no curso de Biomedicina prevista para o oitavo período.

No texto de um dos PPCs está delimitado que a disciplina no modelo EaD é ministrada com turma de até 40 alunos (os demais PPCs não trazem a quantidade máxima de alunos nas turmas), um número considerado pequeno para o modelo EaD, uma vez que este é pensado para atender um maior número de pessoas), assemelhando-se quantitativamente ao formato de sala presencial. Os encontros semanais presenciais ocorrem na instituição e os demais, a distância, ocorrem via Moodle.

No exercício da leitura dos PPCs pudemos observar que em alguns cursos a implantação de disciplinas na modalidade a distância tende a ser lenta, precedida de muitas discussões e reflexões. Esta observação ganha maior

visibilidade nos cursos da Escola de Formação de Professores, onde estão as licenciaturas.

A citação a seguir, reforça nosso entendimento, uma vez que aparece em dois PPCs da escola:

Segundo Libâneo (2000), as instituições formadoras de professores, como a PUC Goiás, vêm sendo pressionadas a repensar seu papel diante das transformações e avanços científicos, tecnológicos e os novos paradigmas de desenvolvimento econômico. Para Shulman (1992), citado por Pires (2004), cada área do conhecimento tem uma especificidade própria que justifica a necessidade de se estudar o conhecimento do professor, tendo em vista a disciplina que ele leciona (PPC MATEMÁTICA, 2017; PPC QUÍMICA, 2009).

A citação a seguir, reforça nosso entendimento, uma vez que aparece em dois PPCs da escola.

Referente à explicitação do motivo da adoção da carga horária a distância, constatamos que ela aparece algumas vezes nas falas dos entrevistados (não de forma homogênea), entretanto foi possível emergir componentes que indicam os motivos para esta inserção. A análise dos componentes mostra que dos nove gestores entrevistados os motivos apresentados por sete deles são: flexibilização de horários (três ocorrências); abertura pela legislação (duas); integralização do curso, (duas); incorporação de tecnologia (uma); modernização (uma); tendência (uma); avaliação externa (uma); pesquisa quanto ao interesse dos estudantes (uma); e ainda naturalização do uso da carga horária a distância considerando que desde a abertura/ início do curso na instituição já estava previsto na matriz. Enquanto os outros dois não apresentam motivos, e a justificativa foi por não estarem na coordenação do curso no processo de implementação da EaD e adoção da carga horária a distância.

Vale registrar que, mesmo quando a motivação é apresentada, não implica que tenha sido por uma motivação positiva. A pressão externa pode ser percebida e foi apontada por alguns, conforme o trecho transcrito pode elucidar: "Olha, essas coisas vieram por conta de legislação mesmo porque eu estou na frente de uma coordenação de curso, os professores são extremamente críticos, eles vão ver isso como uma situação assim, absurda" (C7, 32 min). Esta fala evidencia que as pressões externas têm uma influência no interior

da educação. Mesmo que os sujeitos que compõem as escolas e que atuam diretamente no processo educacional apresentem críticas em relação a esta ou aquela concepção metodológica ou ainda educacional, o que muitas vezes determina a política educacional assumida são as interferências externas.

Sobre a escolha das disciplinas, a análise das falas desvela pontos divergentes entre a visão do coordenador de curso e da coordenação institucional. A convergência foi observada em relação à qualidade da formação dos professores e à qualidade da formação dos discentes. A seguir, leia a fala da coordenação institucional:

A gente sempre chamou muita atenção no sentido de que as disciplinas a distância, elas não têm que ser aquelas disciplinas que são consideradas externas ao curso, à área de formação do curso específicas. Quando eu falo área, é a de formação específica do curso. [...] Então não fica restrito aquela área que a pessoa que está lá, o estudante, vou falar do estudante, acha que aquela disciplina pode ser a distância porque ela não tem nada a ver. Tem essa percepção! (C1, 18 min. 18 s; 18 min. 40 s).

A preocupação revelada pela coordenadora é em não ter um estigma de EaD como uma educação com formação de menor importância. Educação a Distância é educação.

No trecho a seguir, observamos o questionamento sistemático em relação à utilização da modalidade no curso. Evidencia-se, pela fala, a necessidade da formação, do preparo do professor para usá-la de forma adequada sem prejuízo do processo ensino-aprendizagem

Sendo essa disciplina tão importante para o curso, para a profissão dentro desse contexto, (assim que eu estou olhando), ela tem que ser nessa modalidade? Ou eu posso repensar? Aí eu faço outro questionamento: eu, professor, estou realmente com minhas habilidades e competências suficientes para fazer que a minha mensagem, a minha informação, sobre o conteúdo seja alcançado pelo aluno nesse contexto? Então começam a surgir muitas coisas (C1, 10 min.).

No contexto total da entrevista em mais de um momento a preocupação com o professor e sua capacidade de trabalhar com o modelo EaD emergiu e a explicação é que não basta apenas ser profissional com expertise na área de formação do curso. A modalidade EaD exige muito mais do professor, desde

o planejamento até o domínio de certas habilidades, para que o ensino-aprendizagem ocorra. Essa percepção apareceu em vários momentos com diferentes coordenadores. A disposição para mudanças é fundamental para a aceitação da EaD nas disciplinas dos cursos. Um exemplo dessa afirmação:

Você sabe que todo mundo, vou falar que boa parte das pessoas, elas são resistentes à mudança. Desde que elas chegaram no patamar em que está confortável, sair daquela zona de conforto para ela é horrível. Ou seja, ela vai tentar ao máximo não sair daquilo ali. Essa foi a resistência que eu enfrentei. [...] Tentar falar para os professores que não é mais da forma como eles estão pensando, que a gente tem que se diversificar... Que nós temos que nos atualizar (C2, 13 min.).

Em outro trecho, aparece da seguinte forma:

Eu confesso que alguns professores ainda são resistentes ou, na verdade, têm uma compreensão ainda um pouco restrita em relação a isso, sabe. Claro, não são todos. Acho que a grande maioria, diria aí uns 90% do colegiado, já entende perfeitamente a diferença e consegue acompanhar bem. [...] Mas temos alguns grupinhos pequenos de professores que ainda têm dificuldade de acompanhar o aluno nesse sistema, principalmente no que diz respeito ao Moodle (C4, 11 min. 45 s; 12 min. 40 s).

A aceitação dos professores para a EaD nos cursos, ainda que como parte percentual da Matriz, esbarra na resistência em relação ao novo.

A tecnologia é um dos diferenciais da modalidade EaD. Nas entrevistas, ao falar da EaD e sua importância nas diferentes Matrizes dos cursos, a palavra tecnologia e/ou tecnológico foi observada na fala de todos os coordenadores. O que pudemos observar foram outras palavras associadas à tecnologia, como modernidade, mercado, necessidade e pandemia. A associação vem de forma geral como adaptação à realidade atual, a uma necessidade.

Quando abrimos espaço para os coordenadores ressaltarem o que consideram importante ser registrado, os componentes que emergiram na fala dos participantes foram: metodologia, políticas públicas, crise da educação/licenciaturas, formação do professor/ e profissional, tecnologia, incerteza, habilidades e competências, mercado, funcionalidade e tendência.

O componente com maior frequência (três vezes) na fala dos entrevistados foi políticas públicas, no sentido da ausência. Políticas que promovam a

valorização da licenciatura e conseqüentemente do profissional/professor.

## 4. Conclusão

Pela análise dos desafios da EaD na ampliação e expansão dos cursos presenciais de graduação vimos que o crescimento da EaD ocorre principalmente por meio das IES privadas e que este tem contribuído para o atendimento da meta 12 do atual PNE. No entanto, reafirmamos conforme Lima (2021) que esta expansão precisa de atenção, quando o que se defende é assegurar a qualidade da educação.

Percebemos que a implantação da modalidade a distância na PUC Goiás nos cursos de graduação ocorreu, no período analisado, com respeito, muita cautela, autonomia, porém com resistência por parte dos colegiados, mas o diálogo proporcionou o convencimento e a aceitação dessa inserção. Assim a estratégia é considerada incremental. O processo aparentou ocorrer sem pressão interior nos programas de cursos para que estes acelerassem a implementação. A pressão apresentada pelos coordenadores/gestores de cursos teve origem externa, tendo em vista tornar a graduação adequada às exigências da sociedade atual.

Sobre o estudo da política de EaD através do processo de implementação na PUC Goiás, na dimensão temporal, sabemos que não foi imposta; é de responsabilidade dos colegiados de cada curso e tem intenção de perdurar. A experiência da EaD na instituição começou por programas de formação de professores, onde existia a demanda, em especial no interior do Estado, levando a formulação institucional da Cead. Para a institucionalização do programa foi necessária uma ação política que está expressa na Resolução 044/2018-CEPE, de 10 de dezembro de 2018. Em 2005, teve início a oferta de disciplinas com uso de carga horária a distância em cursos livres. Em 2009, o curso de Filosofia inseriu disciplinas na modalidade a distância e em 2012 o curso de Farmácia. No ano de 2013 novos cursos passam a trabalhar com esta modalidade: Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas e, em 2019 os cursos de Biomedicina, Física, Matemática e Química introduziram a EaD em suas Matrizes.

A opção da utilização da EaD feita pela PUC Goiás até o momento considera o modelo por disciplina mantendo parte da carga horária presencial. Desta forma, demonstram a preocupação em usar um percentual bem menor que o permitido pela legislação, mantendo a referência ainda nos 20%, mesmo

sabendo que podem ampliar para até 40%.

As maiores preocupações dos coordenadores em relação à inserção de carga horária a distância nos cursos presenciais podem ser resumidas em duas: formação adequada dos professores para ministrarem aulas nesta modalidade e a perda da qualidade dos cursos. Entre os aspectos positivos deste processo destacamos: atendimento às exigências da modernidade com a incorporação de tecnologia e a flexibilidade enquanto necessidade de adequação à legislação.

Emergiu em quase todas as falas dos coordenadores a preocupação com a crise educacional em especial das licenciaturas, uma vez que a desvalorização da profissão docente acaba por afastar alunos interessados nos cursos de formação de professores.

A pesquisa mostrou que a mediação é nevrálgica, e não basta a legislação direcionar para uso da tecnologia na educação, precisa muito mais, incluindo não apenas disponibilização de recursos e suporte técnico. Importa sobremaneira o preparo do professor para saber lidar com tudo e fazer seu planejamento adequado considerando as particularidades da modalidade EaD, continuando como o mediador do processo ensino aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm). Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico da Educação Superior 2019**. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/)

resumo\_tecnico\_censo\_da\_educacao\_superior\_2019.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria1428.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001**. Brasília, DF: MEC, 2001. Disponível em: <https://proplan.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/7/2014/09/Portaria-n%C2%B0-2.253-de-18-de-outubro-de-2001.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs\\_portaria4059.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf). Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017**. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=66441-pn-n11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf&category\\_slug=junho-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66441-pn-n11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf&category_slug=junho-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 11 de março de 2016**. Estabelece diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/>

marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file. Acesso em: 10 abr. 2023.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. do C. B. de (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC/SP, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, D. da C. B. P. **Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade**. CNE/Unesco, 2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=165\\_11-produto-02-estudo-processo&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=165_11-produto-02-estudo-processo&Itemid=30192). Acesso em: 10 abr. 2023.

POLÍTICA e diretrizes de pesquisa, tecnologia e inovação da PUC Goiás. Série Gestão Universitária. Goiânia: PUC Goiás, 2018. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/puc/nit/wp-content/uploads/sites/34/2020/09/Serie-Gestao-Universitaria-26.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.

REGIMENTO geral. Série Legislação e Normas. Goiânia: PUC Goiás, 2017. Disponível em: <http://www2.pucgoias.edu.br/arquivos/2018/04/regimento-geral-23-2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SEVERINO, J. Modalidades e metodologias de pesquisa científica. In: SEVERINO, J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.